

TRADUÇÃO: UMA ATIVIDADE SÓCIO-CULTURALMENTE SITUADA DE RETEXTUALIZAÇÃO

Por Nathália Luiz de Freitas & Jaciara Pizzatti Soares¹

Considerando a língua como um sistema modelador de realidades, uma vez que o texto é o resultado de escolhas feitas para representar o mundo (Halliday e Mathiessen, 2004), a atividade de tradução pode ser considerada um processo de retextualização – nova representação – de material ideacional textualizado em determinada língua-fonte (Halliday e Mathiessen, 2004). Com base nessa perspectiva sobre o ato tradutório, neste ensaio são discutidas questões acerca da interpretação em tradução, da existência de um leitor ideal na construção de sentido em tradução, da pertinência em se conceber um conjunto de escolhas semântico-discursivas relativamente pré-determinadas na tradução, da relação entre a tradução literal e um tradutor ideal e da possibilidade de a identidade do tradutor definir o estilo do texto traduzido. Para tal discussão serão considerados os posicionamentos de Umberto Eco, Ian Mason, Ernest-August Gutt, Gayatri Spivak, Keith Harvey e Shoshana Blum-Kulka.

Primeiramente, é necessário ressaltar que os estudos lingüísticos pós saussureanos e pós chomskyanos, de um modo geral, concebem em alguma medida a linguagem como sendo gerada na e possibilitada pela interação. Dessa concepção resulta o fato de se levar em consideração não apenas o código, mas, principalmente, o produtor e o receptor do texto como participantes efetivos do ato de comunicação, o que configura a passagem de uma perspectiva que assente o significado como pré-determinado no texto para outra que postula o sentido (ou efeitos de sentido, no caso de abordagens discursivas mais atuais) como construído pelos interlocutores, embora todo o sistema discursivo-semântico-estrutural da língua tenha importância fundamental nesse processo de significação.

Diante disso, tendo em vista que os referidos autores possuem orientações teóricas posteriores aos estudos estruturalistas e aos gerativistas, pode-se afirmar que tais estudiosos consideram a interação como fator constitutivo da linguagem e, conseqüentemente, o papel dos interlocutores na produção do sentido no texto. Vale salientar, entretanto, que o posicionamento de cada um desses lingüistas quanto à interpretação no ato tradutório – um dos focos dessa discussão –, possui determinadas especificidades, já que cada um deles se pauta em certo arcabouço teórico.

Gutt (1991), por exemplo, compreende a tradução em uma esfera pragmático-cognitiva, em que, respaldado na Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 2001), postula o efeito-contextual alcançado com baixo esforço cognitivo e a formulação de inferências baseadas em suposições

¹ Mestrandas do Programa de Pós Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.
nathaliadefreitas@yahoo.com.br
jacips@yahoo.com.br

mutuamente manifestas como sendo os dois pilares da relevância ótima na comunicação, que propiciará a interpretação, a qual, em termos tradutórios, depende de um consenso inferencial entre o tradutor, a obra e o leitor. Conforme esse autor, a tradução tem caráter interpretativo tanto para o tradutor quanto para o leitor. Uma boa tradução seria aquela que, exigindo um cálculo aproximativo do significado, demanda menor esforço cognitivo do leitor. Assim como Gutt, Blum-Kulka (1986) parte de uma perspectiva psicolinguística para abordar a tradução, contudo adiciona uma concepção estritamente linguística alicerçada nos elementos coesivos e outra linguístico-pragmática fundamentada na coerência, cujo contexto é referente essencial para a construção do sentido. A autora assente que as duas concepções estão interligadas, atentando para o fato de a coerência estar mais relacionada às situações de produção do texto e, portanto, estar em uma esfera um tanto quanto “interpretativa”, enquanto a coesão possui uma essência relativamente fixa, o que não significa, no entanto, que seja pré-estabelecida. Tal idéia sobre a coesão está relacionada com o posicionamento de Eco (2008) no que se refere à necessidade de existência de um sentido literal para o texto. De fato, só é possível o advento de novas interpretações a partir de uma primeira, que subjaz a uma espécie de decodificação semiótica. Postulando-se a interpretação como uma instância contínua, Blum-Kulka concebe-a, em tradução – que ela considera um ato de comunicação –, sob uma ótica menos dependente de inferências do que o faz Gutt. A autora admite a “negociação do significado”, de modo a apontar a existência de níveis de clareza.

Humberto Eco (2008), por sua vez, conforme já esboçado acima, advoga por um princípio de interpretância dependente da intenção da obra, o que não exclui, entretanto, a importância do receptor do texto. Segundo ele, mesmo sendo possível realizar uma infinidade de conjecturas interpretativas, apenas aquela mais coerente sobressairá, e, por conseguinte, será a mais plausível. De certa forma, essa espécie de pertinência da conjectura interpretativa apontada por Eco muito se parece com o princípio da relevância utilizado por Gutt, já que, de acordo com tal concepção, é “escolhida” a inferência mais relevante entre as disponíveis, conforme todo o contexto, para que a comunicação seja efetivada. Deve-se enfatizar o brilhantismo de Eco em atentar para a pré-existência de um sentido literal, sem o qual qualquer inferência seria impossível, e para a diferença entre interpretação e uso do texto, estando este último no âmbito do receptor do texto e não propriamente no da obra. Embora Eco não aborde especificamente a tradução, é totalmente válido aplicar sua discussão no campo tradutório a fim de refletir sobre a autonomia que o texto fonte possui e sua relação com as escolhas feitas pelo tradutor. Mais uma vez é evidente que o texto traduzido não constitui uma mera codificação em outra língua, antes é um novo texto, completamente autoral.

Finalizar esse início de discussão com Ian Mason (2003) é estratégico, uma vez que o autor parte da perspectiva sistêmico-funcional da língua, a qual, de modo geral, entende a atividade de tradução como retextualização. Conforme Mason, por meio da transitividade, localizada na função ideacional, pode ser observada a construção de representações do mundo e, conseqüentemente, o posicionamento do produtor do texto. Assim, em tradução não ocorre apenas uma recodificação, mas há uma nova representação de mundo que já não é só do autor do texto fonte, é também do tradutor-autor do texto para a língua alvo. Nota-se, então, por esse viés, que é a representação de

mundo das autoras do presente ensaio, a possibilidade de se compreender o ato tradutório como sendo de caráter interpretativo. Vale ressaltar que não é puramente interpretativo, mas, como tudo em linguagem, possui alguma subjetividade, que é o cerne da interpretação.

Após esse primeiro tema ser brevemente discutido, e de forma alguma esgotado, outros dois pontos a serem abordados têm já algum delineamento. Humberto Eco discorre efetivamente sobre um “leitor ideal”, afirmando que um texto tende a produzir seu leitor modelo, o qual parece ser um receptor imaginário, presente para nortear o autor do texto a produzi-lo. O leitor empírico, por seu turno, seria aquele que realiza uma conjectura acerca do tipo de leitor modelo presumido pelo texto. O leitor ideal poderia ser o sujeito prototípico da cultura do texto alvo. Afinal, o texto será lido por alguém, então deve ser escrito para alguém. Consonante a tanto, pode-se afirmar que Gutt concebe o autor (tradutor) como um intérprete da obra e, para isso, o que exige a imagem de um leitor ideal, embora o referido teórico não utilize esse termo. Blum-Kulka aborda o conceito de leitor ideal atentando para a possibilidade de serem geradas alterações de coerência pelo receptor do texto. Spivak (1992), por sua vez, discorre sobre “uma tradução feita por um tradutor ideal”, ideia segundo a qual a literalidade de um texto é passível de ser repragmatizada em uma nova língua, o que ocorre somente quando o tradutor alcança a leitura íntima de um texto.

Que a tradução é um conjunto de escolhas feitas pelo tradutor entre aquelas que estão disponíveis nos sistemas lingüístico e cultural de determinada sociedade parece ser consenso entre os teóricos, exceto Eco, que não abordou a problemática tradutória no texto em pauta. A questão é saber se as escolhas semântico-discursivas são mais ou menos pré-determinadas. Blum-Kulka é quem trata especificamente dessa temática. Segundo a autora, os mecanismos de coesão em tradução podem exigir ou não determinadas mudanças no texto alvo, de modo que quando tais modificações não são obrigatórias, tratar-se-á de uma opção do tradutor, a qual será motivada pelo seu estilo. Nessa concepção parece que as “escolhas” não são determinadas a priori, mas manifestações estilísticas do tradutor, havendo, portanto, processos tradutórios necessários a uma retextualização coerente com a língua alvo, bem como com sua cultura, e com o texto original. Esses processos não são “escolhas” semântico-discursivas pré-determinadas, mas sim, mecanismos tradutórios inerentes a uma tradução competente. Por outro lado, ao considerar a subjetividade observável na transitividade, pode-se entender, conforme Mason, que o tradutor-autor realiza escolhas semântico-discursivas, as quais, de certa forma, são pré-determinadas pelas suas relações, como sujeito, com o mundo que representa por meio da linguagem.

No que se refere às questões restantes, quais sejam: da relação entre a tradução literal e um tradutor ideal – a qual já foi mencionada acima ao se levar em conta o posicionamento de Spivak – e da possibilidade de a identidade do tradutor definir o estilo do texto traduzido, fica evidente tratar-se de uma abordagem filosófica da tradução que transcende os limites do texto e se debruça sobre aspectos relacionados à subjetividade humana, à valoração sócio-cultural e, principalmente, ao fato de, por diversos fatores, ser a tradução uma atividade sócio-culturalmente situada de retextualização. É possível notar, conforme reflexão de Keith Harvey (1998), a qual discorre sobre identidade e transferência cultural em tradução, que a identidade do tradutor define, ou – no mínimo – influencia, o estilo do texto traduzido, o que, de fato, tem plausibilidade

de ser corroborado à medida que se considera a subjetividade que permeia todas as atividades linguageiras. Conforme a mesma autora, ao traduzir um texto, o tradutor se posiciona de acordo com o ponto de vista prevalente da subjetividade, o qual é obtido por meio da cultura alvo.

Cabe salientar que as questões expostas não se esgotam nessa preliminar discussão e, que mais leituras e teóricos são necessários para que reflexões significativamente embasadas sejam realizadas. Tal limitação não impede, entretanto, que conclusões provisórias sejam tiradas, as quais, por sua vez, suscitam novos questionamentos. Considerando a tese desse ensaio, a qual defende a tradução como uma forma de retextualização e, conseqüentemente, o tradutor como autor de um novo texto, deve-se ressaltar que todo texto tem uma função social na cultura em que foi escrita ou para a qual foi escrita. Disso resulta que uma tradução não pode ser lida como a transposição de mensagens de uma língua para outra. Nesse tipo de atividade linguageira aspectos sociais, culturais, identitários e até temporais estão envolvidos, o que torna a tradução uma nova produção textual que está alicerçada à subjetividade, à cultura, à identidade e à sincronia do tradutor, que, por seu turno, deve fazer escolhas mais ou menos consonantes com a natureza da cultura-texto fonte e da cultura-texto alvo.

Referências Bibliográficas

- BLUM-KULKA, Shoshana. *Shifts of cohesion and coherence in translation*, 1986. In: VENUTI, Lawrence. (org.). *The translation studies reader*. Londres; Nova York: Routledge, 2000. p. 298-313.
- GUTT, Ernst-August. *Translation as interlingual interpretive use*, 1991. In: VENUTI, Lawrence. (org.). *The translation studies reader*. Londres; Nova York: Routledge, 2000. p. 376-395.
- HARVEY, Keith. *Translating camp talk: gay identities and cultural transfer*, 1998. In: VENUTI, Lawrence. (org.). *The translation studies reader*. Londres; Nova York: Routledge, 2004. p. 446-467.
- HALLIDAY, M. A. K. & MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3rd. edition, London: Arnold, 2004.
- ECO, H. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- MASON, Ian. *Text parameters in translation: transitivity and institutional cultures*, 2003. In: VENUTI, Lawrence. (org.). *The translation studies reader*. Londres; Nova York: Routledge, 2004. p. 470-481.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevância: comunicação e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- SPIVAK, Gayatri C. *The politics of translation*, 1992. In: VENUTI, Lawrence. (org.). *The translation studies reader*. Londres; Nova York: Routledge, 2000. p. 397-416.